

Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

REPUBLICADO COM ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO 253/2023

Prefeitura Municipal de Taquari Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2023 Tipo de julgamento: menor valor unitário

Edital de pregão para registro de preços, visando a aquisição futura de Materiais de Limpeza em geral, destinados àsdiversas Secretariasda Prefeitura Municipal de Taquari/RS.

O MUNICÍPIO DE TAQUARI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.067.780/0001-38, sediado na Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. André Luis Barcellos Brito, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09horas, do dia** <u>26 de abril do ano de 2023</u>, a Administração Pública estará realizando licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor valor unitário, visando o registro de preços, pelo período de 12 meses, para aquisição de materiais de limpeza em geral, destinados às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Taquari/RS, a ser realizado em **sessão pública, conduzido pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria nº 282/2022,** através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 1.916/2005, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006, e demais legislações aplicáveis, bem como as condições a seguir estabelecidas:

1. DO LOCAL, DATA, HORA E MODELO DE DISPUTA:

- **1.1.** A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **26/04/2023, com início às 9 horas**, horário de Brasília DF.
- **1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site, descrito no item 1.1, até às 08h30min do mesmo dia.

1.3. Modelo de Disputa "ABERTO".

1.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

2. DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente licitação **o Registro de Preços, pelo período de 12 meses**, para aquisição futura de materiais de limpeza em geral, destinados às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Taquari/RS, conforme especificações e estimativas de aquisição constantes no **Anexo I – Formuláriode Proposta Comercial.**

D. 199

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **3.1.** A presente licitação visa o Registro de Preços para fornecimentos frequentes, nos termos do Artigo 3°, I do Decreto nº 7.892 de 23.01.2013.
- **3.2.** As quantidades estimadas servem apenas como informação aos interessados, e pelo próprio Sistema de Registro de Preços, a Administração não se obrigará a contratar quantidades mínimas.
- **3.3.** A Contratada/Detentora da Ata deverá fornecer as quantidades solicitadas pelo Contratante/Órgão Gerenciador, não sendo admitidos faturamentos mínimos.
- **3.4.** Findo o processo licitatório, a Administração não terá obrigatoriedade em contratar.

4. DO CREDENCIAMENTO:

- **4.1.**Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- **4.2.**O Credenciamento deverá ser feito mediante cadastro do interessado no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP Brasil.
- **4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- **4.4.** É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
- **4.4.1.** Responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **4.4.2.** Conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Obs.: A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

- **4.4.3.** Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- **4.4.4.** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- **4.4.5.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- **4.4.6.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



Estado do Rio Grande do Sul

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

- **5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;
- **5.2.** Empresas enquadradas como beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, nos limites previstos na referida Lei, terão tratamento favorecido, visando ao exercício da preferência previsto nos artigos 42 a 45 da referida lei.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- **5.3.1.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- **5.3.2.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - **5.3.3.** Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- **5.3.4.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
 - **5.3.5.** Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- **5.3.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- **5.3.7.** Pessoas físicas e/ou jurídicas, cujos integrantes sejam ou tenham cônjuges ou parentes até o 2º grau, como funcionários do Contratante.
- **5.3.8.** Empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Taquari, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93;
- **5.3.9.** Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.
- **5.4.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- **5.4.1.**Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a participar do certame, nos termos estabelecido em seus arts. 47 e 48, I;
 - **5.4.1.1.** A assinalação do campo "não" não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06.
 - **5.4.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- **5.4.3.** Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- **5.4.4.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- **5.4.5.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
- **5.4.6.** Que não possui servidor público do município contratante no quadro societário da empresa.



Estado do Rio Grande do Sul

5.5.A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- **6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- **6.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- **6.4.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- **6.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **6.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

- **7.1.**O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - **7.1.1.** Valor unitário e total do item;
 - **7.1.2.** Marca:
 - **7.1.3.** Fabricante;
- **7.1.4.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Anexo I Planilha de Quantitativo e Orçamento;
- **7.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **7.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.
- **7.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- **7.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- **7.6.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.



Estado do Rio Grande do Sul

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS,** a contar da data de sua apresentação.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- **8.1.**A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.
- **8.2.** A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital ou contenham vícios insanáveis.
 - 8.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifiqueo licitante.
- **8.2.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- **8.2.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- **8.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- **8.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.
- **8.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **8.5.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- **8.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **8.7.** O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- **8.8.** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- **8.9.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2%.
- **8.10.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- **8.11. MODO DE DISPUTA:** Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



Estado do Rio Grande do Sul

- **8.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez (10) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois (2) minutos do período de duração da sessão pública.
- **8.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (2) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- **8.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- **8.11.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- **8.12.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira.
- **8.13.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **8.14.**Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- **8.15.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro (24) horas da comunicação do fato pela pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.17. Critério de Desempate:

- **8.17.1.** Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, sendo assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as beneficiárias que assim tiverem se declarado.
- **8.17.1.1.** Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance.
- **8.17.1.2.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



Estado do Rio Grande do Sul

- **8.17.1.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **8.17.1.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **8.17.1.5.** O disposto no item **8.17.1** não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.
- **8.17.2.**Se não houver licitante que atenda ao item **8.17.1** e seus subitens e, havendo eventual empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), serão observados os critérios do art. 3°, §2°, da Lei n° 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
 - **8.17.2.1.** Produzidos no país;
 - **8.17.2.2.** Produzidos por empresas brasileiras;
- **8.17.2.3.** Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- **8.17.2.4.** Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- **8.17.3.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.18. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO:

- **8.18.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **8.18.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **8.18.3.** A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02** (**DUAS**) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- **8.18.4.** Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor referência



Estado do Rio Grande do Sul

estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

- **9.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ou manifestamente inexequível, em relação ao preço referência fixado.
- **9.2.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- **9.3.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **vinte e quatro (24) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;
- **9.4.** A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02** (**duas**) **horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- **9.4.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela pregoeira.
- **9.5.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- **9.6.** Havendo necessidade, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **9.7.** A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- **9.7.1.** Também nas hipóteses em que a pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- **9.7.2.**A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- **9.8.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO:

- 10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS.
- **10.2.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, quando houver.



Estado do Rio Grande do Sul

- **10.2.1.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS,** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- **10.2.2.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3°, do Decreto 10.024, de 2019.
- **10.3.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- **10.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **10.5.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- **10.6.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- **10.6.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- **10.7.** Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação Jurídica:

- **10.8.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **10.8.2.** Em se tratando de microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **10.8.4.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- **10.8.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus



Estado do Rio Grande do Sul

administradores;

10.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.9.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes do município ou estado sede do licitante, relativo a atividade por este exercida;

10.9.3. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);

10.9.4. Prova de regularidade com a Fazenda <u>Estadual</u> e <u>Municipal</u>, sendo a última do domicílio sede do licitante;

10.9.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular dos encargos sociais instituídos por Lei.

10.9.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto n° 5.452, de 01/05/1943;

10.10. Qualificação Ecômico-Financeira:

10.10.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor do Foro da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da aprazada para o recebimento das propostas.

10.11. Qualificação Técnica:

10.11.1. Alvará de Licença Sanitária Municipal ou Estadual da Licitante, atualizado;

10.12. A Licitante, **enquadrada como beneficiária da Lei Complementar 123/2006**, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em (05) cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

10.12.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

10.12.2. O prazo de que trata o item "10.12" poderá ser prorrogado uma única vez, por igual



Estado do Rio Grande do Sul

período, a critério da administração, desde que seja requerido pelo interessado e de forma motivada.

- **10.12.3.** A não regularização da documentação no prazo fixado implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.
- **10.13.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- **10.14.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- **10.15.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

- 11.1.A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no PRAZO DE 02 (DUAS) HORAS, a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:
- **11.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- **11.1.2.** Conter a razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail e, ainda, a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 11.1.3. Conter o valor final para fornecimento dos produtos e a marca, discriminando os valores unitários e totais, em moeda nacional com no máximo 02 (duas) casas decimais, em conformidade com as especificações do Anexo I–Formulário de Proposta Comercial deste Edital.
- **11.2.**A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
 - 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- **11.3.** Ocorrendo divergência entre entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- **11.4.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- **11.5.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- **11.6.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

7.7

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

- **12.1.**Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, será concedido, pela Pregoeira, prazo para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- **12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá a pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- **12.2.1.** Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- **12.2.2.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três (3) dias consecutivos para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três (3) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **12.3.** Interposto o recurso, a pregoeira poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.
- **12.4.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **12.5.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

- **13.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- **13.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- **13.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1° da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- **13.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- **13.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



Estado do Rio Grande do Sul

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- **14.1.** O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- **14.2.** Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO:

- **16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada a Ata de Registro de Preços,que terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.
- **16.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar aAta de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **16.2.1.** Alternativamente a Administração poderá encaminhar o instrumento contratual para assinatura da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico.
- **16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- **16.3.** A contratação com fornecedores será formalizada por intermédio da emissão da nota de empenho, conforme permite o Artigo 15 do Decreto nº 7.892 de 23.01.13.
- **16.4.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- **16.4.1.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
- **16.5.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- **16.5.1.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Município de Taquari promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **16.5.2.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de Taquari deverá:
- **16.5.2.1.** Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- 16.5.2.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

The state of the s

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **16.5.2.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **16.5.3.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Taquari poderá:
- **16.5.3.1.** Acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações;
- **16.5.3.2.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- **16.5.3.3.** Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **16.5.4.** Não havendo êxito nas negociações, o Município de Taquari deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **16.5.5.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

17. DA VIGÊNCIA:

17.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses. A vigência da Ata de Registro de Preços ficará condicionada à data da sua publicação e a validade do presente Registro de Preços, durante o qual o ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Segunda exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

18. DO REAJUSTAMENTO:

- **18.1.** Os preços não sofrerão reajuste de qualquer natureza, exceto para os casos devidamente comprovados, decorrentes da necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, ou de redução dos preços registrados, conforme previsto na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
- 18.1.1. No caso de alteração nos preços, serão adotados os procedimentos elencados no item 16.5 deste edital e em seus subitens.
- **18.2.** Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

19. DAS CONDIÇÕES, DOS PRAZOS E DO LOCAL DE ENTREGA:

19.1. O fornecimento dos materiais, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado de forma parcelada, mediante ordem de fornecimento enviada através dos emails <u>orcamento.educacao@taquari.rs.gov.br</u> ou <u>dep.compras@taquari.rs.gov.br</u>, acompanhada da respectiva Nota de Empenho expedida pelo Município de Taquari. Contatos poderão ser mantidos através dos telefones (51) 3653-6200 – R. 6260 ou 6360.



Estado do Rio Grande do Sul

- **19.2.** As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade de cada Secretaria Municipal e as entregas realizadas conforme indicação destas.
- **19.3.** Os materiais, nas quantidades solicitadas, deverão ser entregues, em regra, no Departamento de Compras, no prédio administrativo da Prefeitura Municipal Taquari, <u>sito à Rua Osvaldo Aranha</u>, nº 1790, 2º Andar, Bairro Centro, neste município, em horário de expediente, ou seja, das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, **no prazo de até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento (empenho) à(s) Detentora(s) da(s) Ata(s).
- **19.4.** O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria solicitante, sem que isso represente ônus ao Município.
- **19.5.** Os materiais deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado, em data e horário previamente agendado, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
- **19.6.** A empresa vencedora obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes no presente editale seus anexos.

20. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- **20.1.** O objeto da presente licitação deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com o **item 19** e seus subitens, deste Edital, acompanhado de respectiva nota fiscal/fatura.
- **20.2.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- **20.3.** Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
- **20.3.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **20.3.2.** Na hipótese de substituição, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- **20.3.3.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **20.3.4.** Na hipótese de complementação, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

21. DA GARANTIA DOS MATERIAIS:

- **21.1.** O objeto da Ata de Registro de Preços deverá ter garantia quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **21.2.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

22. DAS OBRIGAÇÕES:

22.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- **22.1.1.** Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s) fornecida pela contratada;
- **22.1.2.** Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços.
- **22.1.3.** Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento;
- **22.1.4.** Comunicar ao DETENTOR DA ATA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;

22.2. Constituem obrigações do DETENTOR DA ATA:

- **22.2.1.** Fornecer o objeto desta licitação de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- **22.2.2.** Prestar garantia a partir do termo de aceite dos itens, durante o qual correrão por sua conta as despesas de qualquer natureza;
- 22.2.3. Prover o adequado transporte do objeto da presente licitação;
- **22.2.4.** Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **22.2.5.** Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estarem cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- **22.2.6.** Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços.
- **22.2.7.** Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;
- **22.2.8.** Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- **22.2.9.** Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- **22.2.10.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;



Estado do Rio Grande do Sul

- **22.2.11.** Obedecer aos prazos de entrega dos materiais estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e Ata de Registro de Preços;
- **22.2.12.** Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os materiais não atenderem as condições do Edital;
- **22.2.13.** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais vendidos.
- **22.2.14.** A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente sua, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução desta Ata.
- **22.2.15.** Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada/Detentora da Ata.

23. DO PAGAMENTO E DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

- **23.1.** O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, mediante aprovação e liberação pelo órgão Gerenciador, por intermédio da Tesouraria do Município, correndo a despesa nas dotações a serem indicadas quando do empenho.
- **23.2.** A nota fiscal/fatura deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **23.3.** Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

24. DA FISCALIZAÇÃO:

- **24.1.** A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos e Secretaria Municipal da Educação, que em conformidade com o art. 67, da Lei 8.666/93, designama servidora Lenira Bizarro de Vargas, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato originário do presente certame.
- **24.2.** Caberá ao fiscalizador da Ata de Registro de Preços, proceder às anotações em registro próprio, das falhas e ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês, ano, bem como o nome do funcionário, eventualmente, envolvido, encaminhando estes para a autoridade competente, para providências cabíveis no que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- **24.3.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazos par sua correção.
- **24.4.** A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.



Estado do Rio Grande do Sul

- **24.5.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.
- **24.6.** O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e no respectivo contrato.

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **25.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de PARTICIPANTE DO PREGÃO**, as licitantes, conforme a infração estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- **25.1.1.** Deixar de atender aos requisitos de habilitação: multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **25.1.2.** Deixar de apresentar os originais ou cópias autenticadas da documentação de habilitação para fins de assinatura do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **25.1.3.** Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- **25.2.** Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de CONTRATADA**, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- **25.2.1.** Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.
- **25.2.2.** As penalidades serão aplicadas:
- **25.2.2.1.** Quando houver atraso por culpa da contratada;
- **25.2.2.2.** Quando parar injustificadamente os serviços;
- **25.2.2.3.** Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.
- 25.2.3. Sem prejuízo de outras cominações, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:
- **25.2.3.1.** Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- 25.2.3.2. Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- **25.2.3.3.** Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

- **25.2.4.** Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta:
- 25.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;
- **25.2.6.** Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;
- **25.2.7**. As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;



Estado do Rio Grande do Sul

25.2.8. Quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

25.3. DAS PENALIDADES DO CONTRATANTE:

- **25.3.1.** No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.
- **25.4.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

26. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- **26.1.** A Contratada (Detentor da Ata) terá seu registro cancelado quando:
- **26.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- **26.1.2.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- **26.1.3.** Tiver presentes razões de interesse público.
- **26.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- **26.3.** O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **26.4.** A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida de pleno direito pelo Município de Taquari, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- **26.4.1.** Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- **26.4.2.** Decretação de falência, pedido de concordata, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pelas autoridades competentes das atividades da Detentora da Ata/Contratada;
- **26.4.3.** Iinobservância de dispositivos legais;
- **26.4.4.** Dissolução de empresa Detentora da Ata/Contratada;
- **26.4.5.** Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **26.5.** Nos casos de rescisão pelos subitens **26.4.1** e/ou **26.1.3**, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- **26.6.** Por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando ocorrer:
- **26.6.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- **26.6.2.** Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- **26.6.3.** Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- **26.6.4.** Atraso injustificado no fornecimento;



Estado do Rio Grande do Sul

- **26.6.5.** Paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- **26.6.6.** Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR.

27. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- **27.1. Até 03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- **27.2.** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, no site www.portaldecompraspublicas.com.br ou pelo e-mail dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br ou, ainda, por petição **protocolizada**dentro do prazo legal, junto ao Setor de Protocolo do Município de Taquari, RS, endereçados à pregoeira, observados os prazos legais, e deverá vir instruída com cópia do contrato social e, se representada por procurador, deverá ser encaminhada cópia do instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida.
- **27.3.** Caberá a pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois (2) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- **27.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- **27.5.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, **exclusivamente por meio eletrônico** via internet, no endereço indicado no Edital.
- **27.6.** A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois (2) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- **27.7.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- **27.7.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.
- **27.8.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **28.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- **28.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- **28.3.** No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7,4

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **28.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **28.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **28.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **28.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- **28.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- **28.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **28.10.** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulála por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).
- **28.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Taquari para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- **28.12.**OEdital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no site do Município: www.taquari.rs.gov.br e/ou na Prefeitura Municipal de Taquari, Setor de Licitações, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 16:30h.
- **28.13.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - **28.13.1.ANEXO I** –Formulário de Proposta Comercial;
 - **28.13.2. ANEXO II** Minuta de Contrato;
- **28.13.3.** Os anexos constantes nos subitens anteriores constituem parte integrante e inseparável do presente Edital.

Taquari, 11 de abril de 2023.

ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA Secretário Municipal da Fazenda



ANEXO I – FORMULÁRIO DA PROPOSTA COMERCIAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO MEMORANDO Nº 253/2023

A	empresa				 , CNPJ
n°		com	sede a		 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
			·····,		
			n apresentar-lhes		
objeto	do edital de	Pregão Eletrôni	ico nº 002/2023, c	conforme segue:	-

					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UNID	V.UNIT REF. (R\$)	V.TOTAL (R\$) ESTIM.
001	ALCOOL ETÍLICO, 1 LITRO; Álcool etílico; concentração: 96gl; Volume mínimo de 46,8% ou 99% do declarado na embalagem ou rótulo; limpeza. Embalagem de 1 Litro.	1.600	UNIDADE	9,31	14.896,00
002	Álcool Etílico 92,8° INPM - Etílico e hidratado, embalagem plástica de 05 Litros (galão) (que a embalagem não estoure no empilhamento), com concentração de 92,8° INPM. Embalagem contendo: especificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. Exigência da Portaria n°15 do INMETRO de 29/01/2001. Data de fabricação e data de validade, código de barras indicados no produto e na caixa. Validade mínima: 24 meses- Galão de 5 Litros.	2.500	GALÃO	47,13	117.825,00
003	ALCOOL EM GEL; álcool etílico hidratado, neutralizante, desnaturante, espessante, grau cosmético, na forma de gel, concentração mínima: 70 graus INPM; volume mínimo 99% do declarado na embalagem ou rótulo; embalagem válvula pump com 500ml de produto. A embalagem deverá conter data de fabricação, data de validade mínima de 10 (doze) meses a partir da data de entrega, número do lote, identificação do fabricante e número de registro na ANVISA	1.000	UNIDADE	11,08	11.080,00
004	Água Sanitária - Galão de 5 Litros - Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, carbonato de sódio e água, teor cloro ativo varia de 2,0 a 2,5% p.p, incolor, aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias, etc.	2.000	GALÃO	12,35	24.700,00



0.000.00
8.333,00
5.350,00
2.220,00
2.212,00
6 200 00
6.390,00
3.397,50
3.906,00
11.104,00
, , , , , ,
1.686,00
1.080,00
1.615,00
1.454,00



017		26.0		450.00	70 100 00
015	Copo Plástico Descartável – 180 ml – Cada	300	CAIXA	178,00	53.400,00
	Caixa com 2500 unidades - Copo:				
	descartável com resina termoplástica branca				
	ou translúcida com capacidade mínima de				
	180 ml e máxima de 200 ml, medindo				
	aproximadamente 07 cm de diâmetro na				
	boca, 4,5 de diâmetro no fundo e 8 cm de				
	altura. Os copos devem ser homogêneos,				
	isentos de materiais estranhos, bolhas,				
	rachaduras, furos, deformações, bordas				
	afiadas ou rebarbas, não devem apresentar				
	sujidade interna ou externamente. A				
	embalagem deverá conter externamente os				
	dados de identificação, procedência, e				
	quantidade. Deverá atender as condições				
	gerais da NBR 14.865 e NBR 13230 da				
	ABNT. Caixa deverá conter 25 tiras de				
	100 unidades cada tira.		~ ~ ~		
016	Desinfetante - Desinfetante para banheiros e	1.800	GALÃO	17,18	30.924,00
	sanitários: Com princípio ativo cloreto alquil				
	benzil, composição básico ronil, fenol,				
	etoxilado, essência corante, e outras				
	substâncias químicas permitidas, contendo				
	na embalagem, data de fabricação				
	informação de validade, composição				
	aromática de pinho, com validade de 12				
	meses, acondicionado em Galão de 5 L				
017	Desinfetante pinho 2L; desinfetante	1.300	UNIDADE	9,58	12.454,00
	concentrado de pinho, para lavagem geral de				
	superfícies, banheiros e utensílios. Por ser				
	concentrado, proporciona otimização em sua				
	utilização. Teor de ativos de no mínimo 25%				
	diluição máxima de 1/200. Antisséptico,				
	germicida e bactericida, com poder de				
	eliminação de 99,9% das bactérias/ germes e				
	fungos, em embalagem plástica 100%				
	reciclada, aspecto físico: líquido, o produto				
	deve ter registro no Ministério da Saúde.				
	Embalagem com 2L, com dados do				
	fabricante, data de fabricação e prazo de				
010	validade mínima de 12 meses.	2 000	EDASCO	2.90	11 670 00
018	Detergente para louças, frasco de 500 ml -	3.000	FRASCO	3,89	11.670,00
	Biodegradável. Composição: Tensoativos				
	anionicos, glicerina, coadjuvante,				
	preservantes, sequestrante, espessantes, corantes. Prazo de validade de				
	aproximadamente: 12 (doze) meses da data do recebimento.				
019		1.500	PACOTE	5 12	7 680 00
019	Esponja para limpeza: dupla face,	1.500	FACUIE	5,12	7.680,00
	dimensões de aproximadamente 11x 7,5x2,3				
	mm - matéria prima: espuma de poliuretano,				
	fibra sintética c/ abrasivo; prazo de validade				
	de aproximadamente 12 (doze) meses na data do recebimento- Pacote com 03				
ĺ	unidades.				



020	Esfregão em algodão (tipo bruxa) com	1.000	UNIDADE	28,50	28.500,00
	cabo; Esfregão em algodão tipo bruxa, 100%	1.000		20,50	20.300,00
	em tiras de algodão com cabo de madeira				
	revestido de plástico medindo 1,20 de				
	comprimento.				
	ESPONJA DUPLA FACE- Esponja de	1.300	UNIDADE	1,29	1.677,00
	limpeza, dupla face, um dos lados em fibra				
	sintética abrasiva na cor verde, outro lado em				
	espuma de poliuretano na cor amarela.				
	Medidas mínimas: 10 x 7 x 2 cm. O produto				
	deverá estampar no rótulo o nome do				
	fabricante ou importador.	700	Thub the	7.01	5.467.00
022	Escova para limpeza de sanitário com	700	UNIDADE	7,81	5.467,00
	suporte. Material: cabo: polipropileno				
	cerdas: Sintético. Cerdas em formato				
	circular. A unidade é composta pela escova				
	+ suporte. FLANELA , para limpeza, cor laranja,	1.500	UNIDADE	2,13	3.195,00
023	dimensões mínimas 38x 58, gramatura	1.500		2,13	3.173,00
	mínima aceita 32 gr.				
024	Guardanapo de Papel -Guardanapo de	1.500	PACOTE	2,99	4.485,00
	papel. Dimensões : medindo				·
	aproximadamente 19,5 x 20 cm, na cor				
	branca, papel 1ª qualidade, folha dupla.				
	prazo de validade de aproximadamente: 12				
	(doze) meses na data do recebimento. Pacote				
	contem 100 folhas.				
	Limpa vidros: concentrado com gatilho	1.250	UNIDADE	9,88	12.350,00
	com aproximadamente 500 ml, aspecto				
	físico líquido, composição solvente glicólico, álcool isopropílico, corante.				
	Características adicionais: tensoativo				
	catiônico/ fragrância, ação antiestática prazo				
	de validade de aproximadamente: 12 (doze)				
	meses da data do recebimento.				
026	Lixeira Plástica 10L em Polipropileno com	300	UNIDADE	34,10	10.230,00
	pedal. Cor cinza ou branca. Capacidade:			,	<u> </u>
	10lts Altura: 26 cm Largura: 31cm.				
027	Lixeira Plástica 20L em Polipropileno com	300	UNIDADE	53,15	15.945,00
	pedal. Cor cinza ou branca Capacidade: 20lts				
	.Dimensões: 19,5 x 26,5 de altura 41 cm e				
	de profundidade 36 cm	1.000	Inus : 55	4.70	4.500.00
028	Lustra Móveis, com aroma lavanda, brilho	1.000	UNIDADE	4,50	4.500,00
	anno monfirmo de lamas deservara a construir				Ĩ
	seco, perfume de longa duração, proteção contra manchas d'água. Embalagem e rátulo				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no mínimo: indicação de data de validade,				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no mínimo: indicação de data de validade, dados do fabricante, marca, precauções,				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no mínimo: indicação de data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, modo de usar, composição e peso líquido. O				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no mínimo: indicação de data de validade, dados do fabricante, marca, precauções,				
	contra manchas d'água, Embalagem e rótulo do produto deverá estar em conformidade com a legislação vigente e conter no mínimo: indicação de data de validade, dados do fabricante, marca, precauções, modo de usar, composição e peso líquido. O prazo de validade do produto no momento da				



020	T 1 B 11 / ~ C! / !	1.000	CATVA	45.60	45,600,00
029	Luva de Procedimento não Cirúrgico- Tamanho (G), em látex de borracha natural, atóxica, com pó bioabsorvível e descartável. Produto certificado pelo INMETRO. Caixa com 100 luvas.	1.000	CAIXA	45,60	45.600,00
030	Luva de Procedimento não Cirúrgico (M), em látex de borracha natural, atóxica, como pó bioabsorvível e descartável. Produto certificado pelo INMETRO. Caixa com 100 luvas.	1.000	CAIXA	45,60	45.600,00
031	Luva em PVC com forro com no tamanho M- Dimensões: espessura da luva: 0,45 mm tipo do forro da luva: flocos de algodão tipo da palma da luva: antiderrapantes prazo de validade de aproximadamente: 12 (doze) meses da data do recebimento. Pacote com 3 luvas.	1.000	PACOTE	19,49	19.490,00
032	Luva em PVC com forro com no tamanho G- Dimensões: espessura da luva:0,45 mm tipo do forro da luva: flocos de algodão tipo da palma da luva: antiderrapantes prazo de validade de aproximadamente: 12 (doze) meses da data do recebimento. Pacote com 3 luvas.	250	PACOTE	19,49	4.872,50
033	Mop - Construído de material em plástico, com uma base giratória, com balde de 05 Litros com alça, cesto e moldura mais um cabo de aço inox, leve resistente, com altura variável de 104 a 128 cm.	550	UNIDADE	82,59	45.424,50
034	Odorizante de Ambiente - aromatizante de ambiente. Frasco contendo 400ml/ 240g. Fragrâncias variadas: Lavanda/ Jasmim/ Talco.	1.000	UNIDADE	15,63	15.630,00
035	Pano de chão- Tamanho grande, tipo 'saco' duplo, forte, grosso e com alta absorção, utilizado em limpeza em geral. O produto deverá ter medidas mínimas de 1,0 x 80 cm. Composição: 100% Algodão. Kit com 10 panos de chão.	3.000	KIT	146,28	438.840,00
036	Papel alumínio. Dimensões: em bobina de 30 cm de largura por 7,5 metros de comprimento, com espessura mínima de 01 micra. Prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega. Forma de apresentação: Unidade.	200	UNIDADE	8,73	1.746,00



			,		
037	Papel Toalha Branco – Em 04 blocos – com 100 unidades cada bloco, para ser colocado em toalheiro de papel intercalado. Classe 1 (conforme Norma ABNT 15464-7 e 15134), extrabranco (alvura ISO igual ou superior a 85%), crepado, gofrado, fabricado exclusivamente com fibras celulósicas virgens (não recicladas), sendo admitidas	10.000	PACOTE	17,43	174.300,00
	aparas do tipo "A" (papel branco de ótima qualidade, sem pigmentação ou revestimento), com 1 dobra (2 faces), medindo, no mínimo, 20 x 21cm (larg. x comp.), com gramatura igual ou superior a				
	27g/m², acondicionado em p acote 04 blocos de 100 unidades cada bloco.				
038	Papel Higiênico Neutro- Folha dupla, macio, absorvente, picotado, biodegradável, de primeira linha- em rolos medido 10cm X 30m, em pacotes com 04 rolos.	5.000	PACOTE	8,85	44.250,00
039	Papel higiênico branco, rolão de 250 metros, folha dupla, 100% celulose virgemfardo c/08 rolos. O produto deverá conter laudo de irritação dérmica e laudo microbiológico, conforme portaria N°1480 de 31/12/1990 do Ministério da Saude, em laboratorio credenciado no REBLAS. Fardo com 08 rolos.	2.000	FARDO	174,50	349.000,00
040	Papel higiênico aerado, folha dupla, picotado, sem esfarelamento, gramatura entre 32 e 34 g/m² em rolo com no mínimo 10 cm de largura e 30m de comprimento. Acondicionado em pacote com 64 rolos.	1.100	FARDO	81,05	89.155,00
041	Pedra sanitária embalagem com 35g. Validade mínima de 01 (um) ano.	1.000	UNIDADE	2,19	2.190,00
042	Pano de prato alvejado, 100% algodão, com acabamento em overlock, medida: 50 X 70 cm.	2.500	UNIDADE	8,63	21.575,00
043	PANO DE CHÃO - saco alvejado CRU tipo açúcar, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 90% algodão. Medidas: de 58 x 84cm; com peso mínimo de 165 gr.	2.000	UNIDADE	2,99	5.980,00
044	Pá para lixo plástica com cabo médio (aproximadamente 63 cm).	1.000	UNIDADE	7,86	7.860,00
045	Rodo - Em de plástico: 60cm com borracha dupla com cabo de madeira no tamanho aproximado de 1,50m de altura.	600	UNIDADE	14,72	8.832,00
046	Rodo, com cabo de madeira plastificada com rosca, medindo no mínimo 1,20m de comprimento, suporte plástico medindo aproximadamente 30cm, com borracha dupla. Utilização: piso ou qualquer superfície lisa.	200	UNIDADE	9,86	1.972,00



047	Sabão em Pó- Com enzimas, para limpeza	2.500	UNIDADE	7,21	18.025,00
047		2.300	UNIDADE	7,21	16.023,00
	geral, biodegradável, em unidade de 800g				
	no pacote. Acondicionado em embalagem				
	original do fabricante, com o nome do				
	responsável técnico, o lote, data de				
	fabricação, validade e registro no Ministério				
	da Saúde.				
048	Sabão em Barra – Pacote com 05 unidades	750	PACOTE	17,56	13.170,00
	- Composição: carbonato de sódio, dióxido				
	de titânio, glicerina, corante e outras				
	substâncias químicas permitidas;				
	características adicionais: glicerinado				
	amarelo, embalado em saco plástico com 05				
	unidades de 200g cada unidade.				
049	Sabão em barra, na cor amarela, 400gr, boa	600	UNIDADE	5,75	3.450,00
	qualidade.			7	
050	Sabonete Líquido Antisséptico -Para	500	GALÃO	47,41	23.705,00
	limpeza e desinfecção das mãos, sem			•	ŕ
	perfume, neutro, hidratante, em galão de 05				
	Litros, com tampa que não permita				
	vazamento. Galão de 05 Litros				
051	Saco para Lixo - 30 litros - Pacote -	3.200	PACOTE	30,13	96.416,00
031	Confeccionado com resinas termoplásticas,	3.200	TACOIL	30,13	70.410,00
	virgens. Pigmentos utilizados devem ser				
	compatíveis com a resina empregada, de				
	modo que não interfiram nas características				
	de resistência mecânica e proporcionem a				
	opacidade necessária à aplicação. Os sacos				
	plásticos devem apresentar solda contínua,				
	homogênea e uniforme, proporcionando uma				
	perfeita vedação e não permitindo a perda de				
	conteúdo durante o manuseio. Classificação:				
	Classe I Conforme NBR 9190, NBR 9191 E				
	NBR 9195; Com, no mínimo, 08 micras.				
	Capacidade Nominal mínima: 30L. A marca				
	do produto e da empresa fabricante deve				
	estar impressa de forma visível e de fácil				
	leitura na embalagem. A embalagem deverá				
	conter ainda a marcação das características				
	dos sacos e deve atender à seguinte				
	orientação, para os quatro campos mostrados				
	abaixo: a) Quantidade de sacos; b)				
	Dimensões; c) capacidade nominal. Pacotes				
	com 100 (cem) unidades.				
	com 100 (ccm) umuaucs.				



			T		
052	Saco para Lixo - 50 litros - Confeccionado	3.200	PACOTE	40,98	131.136,00
	com resinas termoplásticas, virgens.				
	Pigmentos utilizados devem ser compatíveis				
	com a resina empregada, de modo que não				
	interfiram nas características de resistência				
	mecânica e proporcionem a opacidade				
	necessária à aplicação. Os sacos plásticos				
	devem apresentar solda contínua,				
	homogênea e uniforme, proporcionando uma				
	perfeita vedação e não permitindo a perda de				
	conteúdo durante o manuseio.				
	Classificação:Classe I, Conforme NBR				
	9190, NBR 9191 E NBR 9195; Com, no				
	mínimo, 08 micras. Devem constar na				
	embalagem as seguintes advertências: a)				
	manter fora do alcance de crianças; b) uso				
	exclusivo para lixo; c) saco não adequado a				
	conteúdos perfurantes. A embalagem deverá				
	conter ainda a marcação das características				
	dos sacos e deve atender à seguinte				
	orientação, para os quatro campos mostrados				
	abaixo: a) Quantidade de sacos; b)				
	Dimensões; c) capacidade nominal. Pacotes				
	com 100 (cem) unidades.				
053	Saco para Lixo - 100 litros -	3.200	PACOTE	51,51	164.832,00
	Confeccionado com resinas termoplásticas,				
	virgens. Pigmentos utilizados devem ser				
	compatíveis com a resina empregada, de				
	modo que não interfiram nas características				
	de resistência mecânica e proporcionem a				
	opacidade necessária à aplicação. Outros				
	aditivos devem ser também compatíveis com				
	a resina e empregados em quantidades tais				
	que não alterem as condições estabelecidas.				
	Os sacos plásticos devem apresentar solda				
	contínua, homogênea e uniforme,				
	proporcionando uma perfeita vedação e não				
	permitindo a perda de conteúdo durante o				
	manuseio. Classificação: Classe I, Conforme				
	NBR 9190, NBR 9191 E NBR 9195; Com,				
	no mínimo, 08 micras. A marca do produto e				
	da empresa fabricante deve estar impressa de				
	forma visível e de fácil leitura na				
	embalagem. A embalagem deverá conter				
	ainda a marcação das características dos				
	sacos e deve atender à seguinte orientação,				
	para os quatro campos mostrados abaixo: a)				
	Quantidade de sacos; b) Dimensões; c)				
	capacidade nominal. Pacotes com 100 (cem)				
	capacidade nominal. Pacotes com 100 (cem) unidades.				
054	unidades.	300	PACOTE	104.14	31.242.00
054	unidades. SACOS PARA LIXO, na cor preta, com	300	PACOTE	104,14	31.242,00
054	unidades. SACOS PARA LIXO, na cor preta, com capacidade para 200 litros, com no mínimo	300	PACOTE	104,14	31.242,00
054	unidades. SACOS PARA LIXO, na cor preta, com capacidade para 200 litros, com no mínimo 0,08 micras de espessura. Embalagem com	300	PACOTE	104,14	31.242,00
	unidades. SACOS PARA LIXO, na cor preta, com capacidade para 200 litros, com no mínimo 0,08 micras de espessura. Embalagem com 100 unidades.				
054	unidades. SACOS PARA LIXO, na cor preta, com capacidade para 200 litros, com no mínimo 0,08 micras de espessura. Embalagem com	300	PACOTE UNIDADE	104,14	31.242,00



056	Touca descartável — Construída de 100% polipropileno, com 10 g/m², tamanho único, sanfonada, formato anatômico, acabamento com elástico, na cor branca. Acondicionado em material que garanta a integridade do produto. Pacotes com 100 (cem) unidades.	1.300	PACOTE	30,06	39.078,00
057	Vassoura Larga- Vassoura com 50cm de largura, nylon grande com capa plástica, comprimento de cabo simples de madeira de 1,50m.	300	UNIDADE	71,67	21.501,00
058	Rodo com esponja - com fibra adesiva, medindo 50 cm de esponja- parte lisa com cabo de 1,20m.	360	UNIDADE	22,13	7.966,80
059	Vassoura de teto: com cerdas longas e macias, dispostas em formato esférico para promover uma maior limpeza do teto, sanca, prateleiras e locais de difícil acesso -para vasculhar paredes. Medidas aproximadas: 17,5cm x 20cm .Acompanha 1 cabo de 1,40m.	160	UNIDADE	52,92	8.467,20
060	Vassoura com cerdas de nylon, 30cm c/cabo, boa qualidade.	1.300	UNIDADE	13,00	16.900,00
061	Vassoura de palha com cabo de madeira de boa qualidade.	1.250	UNIDADE	40,04	50.050,00
062	Pá com cabo - Pá em plástico. Medidas aproximadas: 26 x 23 x 7, com 85 cm de cabo de madeira.	1.060	UNIDADE	22,42	23.765,20
	VALOR TOTAL			R\$ 2.3	399.606,70

Observação:

1) Os preços ofertados são considerados completos e abrangem todos os custos operacionais, seguros, taxas, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

Dados Bancários: Banco:xxx – Ag.xxx – Conta:xxxxxx
Contato: Tel:/ e-mail:
Validade da Proposta: 60 dias.
Prazo e Condições de Execução: Conforme Edital.
Condições de Pagamento: Conforme Edital.
Taquari, de de 2023.

NOME COMPLETO, CARGO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO II – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, o MUNICÍPIO
DE TAQUARI, inscrito no CNPJ/MF 88.067.780/0001-38, com sede administrativa à Rua
Osvaldo Aranha, nº 1790, em Taquari, RS, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.
André Luis Barcellos Brito, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 562.144.300-44, residente e
domiciliado neste Município, doravante denominado de ÓRGÃO
GERENCIADOR/CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no
CNPJ sob o nº, com sede a, no
município de, neste ato representada por,
inscrito no cadastro de pessoas físicas sob o n, residente e domiciliado no
município de, doravante denominada simplesmente de DETENTORA DA
ATA/CONTRATADA, em face do resultado obtido no PREGÃO ELETRÔNICO Nº
002/2023, firmam o presente instrumento, registrando os preços constantes na presente Ata,
objetivando futuros fornecimentos dos bens especificados na Cláusula Primeira.

O presente instrumento tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, regendo-se pelo processo de **Pregão Eletrônico nº 002/2023**, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 e Decretos Municipais nº 1.916/2005 e nº 2.057/2007, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e, na Lei Complementar 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014 e cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA

I. DO OBJETO:

I.1. ORegistro de Preços, pelo período de 12 meses, para aquisição futura de materiais de limpeza em geral, destinados às diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Taquari/RS, conforme especificações e estimativas de aquisição constantes na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ FAB	UNID	QTDE	V.UNIT.	V.TOTAL
			•••	•••	•••	

- **I.2.** Os produtos objeto do presente instrumento poderão não ser adquiridos pelo Município. Se adquiridos, serão fornecidos pela(s) Detentora (s) da Ata (s), mediante emissão de ordem de fornecimento (empenho), de acordo com o disposto nesta Ata.
- **I.3.** A Administração não emitirá qualquer nota de empenho sem prévia existência do respectivo crédito orçamentário.

CLÁUSULA SEGUNDA

II. DA VALIDADE E VIGÊNCIA:

- II.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (Doze) meses.

AQUAR!

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

II.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos ao DETENTOR DA ATA, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA

III. DAS CONDIÇÕES, DOS PRAZOS E DO LOCAL DE ENTREGA:

- **III.1.** O fornecimento dos materiais, cujos preços serão registrados pelo presente procedimento, deverá ser realizado de forma parcelada, mediante ordem de fornecimento enviada através dos emails <u>orcamento.educacao@taquari.rs.gov.br</u> ou <u>dep.compras@taquari.rs.gov.br</u>, acompanhada da respectiva Nota de Empenho expedida pelo Município de Taquari. Contatos poderão ser mantidos através dos telefones (51) 3653-6360 e 3653-6260.
- **III.2.**As notas de empenho serão emitidas conforme a necessidade de cada Secretaria Municipal e as entregas realizadas conforme indicação desta.
- III.3. Os materiais, nas quantidades solicitadas, deverão ser entregues, em regra, no Departamento de Compras, no prédio administrativo da Prefeitura Municipal Taquari, sito à Rua Osvaldo Aranha, nº 1790, 2º Andar, Bairro Centro, neste município, em horário de expediente, ou seja, das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento (empenho) à(s) Detentora(s) da(s) Ata(s).
- **III.4.** O local de entrega poderá ser alterado conforme indicação da Secretaria solicitante, sem que isso represente ônus para o Município.
- **III.5.** Os materiais deverão ser entregues e descarregados por funcionários da empresa Contratada, no local indicado, em data e horário previamente agendado, correndo por conta do fornecedor as despesas decorrentes de embalagem, frete, carga e descarga, seguros, mão de obra, etc.
- III.6. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos de acordo com as especificações constantes no presente editale seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA

IV. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- **IV.1.** O objeto da presente contratação deverá ser entregue, no local e endereço indicado, de acordo com o **item III** e seus subitens, deste Edital, acompanhado de respectiva nota fiscal/fatura.
- **IV.2.** A Administração poderá obrigar a Contratada/Detentora da Ata a corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata, se verificar incorreções relacionados à quantidade e qualidade dos produtos contratados.
- IV.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá:
- **IV.3.1.** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **IV.3.2.** Na hipótese de substituição, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

1.**

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

- **IV.3.3.** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- **IV.3.4.** Na hipótese de complementação, o FORNECEDOR deverá fazê-la em conformidade com a indicação do ÓRGÃO GERENCIADOR, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUINTA

V.DA GARANTIA DO MATERIAL:

- **V.1.** O objeto da Ata de Registro de Preços tem garantia quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.
- **V.2.** Nos termos do art. 3° combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

CLÁUSULA SEXTA

VI. DA FORMA DE PAGAMENTO:

- VI.1.O pagamento será efetuado em até 30 dias, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, mediante aprovação e liberação pelo órgão Gerenciador, por intermédio da Tesouraria do Município, correndo a despesa nas dotações a serem indicadas quando do empenho.
- **VI.2.** A nota fiscal/fatura deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.
- **VI.3.** Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLÁUSULA SETIMA

VII. DO REAJUSTE:

- **VII.1.** Os preços não sofrerão reajuste de qualquer natureza, exceto para os casos devidamente comprovados, decorrentes da necessidade de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, ou de redução dos preços registrados, conforme previsto na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
- VII.2. Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, o ÓRGÃO GERENCIADOR, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.
- VII.3. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, os FORNECEDORES registrados serão convocados para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

CLÁUSULA OITAVA

VIII. DAS ALTERAÇÕES:

VIII.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas



Estado do Rio Grande do Sul

no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

- **VIII.2.** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Município de Taquari promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- **VIII.3.** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preco praticado no mercado, o Município de Taquari deverá:
- a) convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **VIII.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de Taquari poderá:
- a) acatar pedido de reajuste dos preços, mediante aprovação do requerimento devidamente acompanhado das devidas comprovações;
- **b**) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **VIII.5.** Não havendo êxito nas negociações, o Município de Taquari deverá proceder à revogação da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- **VIII.6.** A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos que a sua utilização se mostrar antieconômica ou desnecessário o objeto.

CLÁUSULA NONA

IX. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES:

- IX.1. Constituem obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- **IX.1.1.** Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos, bem como efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da(s) Nota(s) Fiscal(is)/ Fatura(s) fornecida pela contratada;
- **IX.1.2.** Dar ao DETENTOR DA ATA as condições necessárias à regular execução da Ata de Registro de Preços.
- **IX.1.3.** Prestar ao DETENTOR DA ATA todos os esclarecimentos necessários para o fornecimento;
- **IX.1.4.** Comunicar ao DETENTOR DA ATA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro)



Estado do Rio Grande do Sul

horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento;

IX.2. Constituem obrigações do DETENTOR DA ATA:

- **IX.2.1.** Fornecer o objeto desta Ata de acordo com as especificações do Edital de licitação, responsabilizando-se pela exatidão dos fornecimentos, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades;
- **IX.2.2.** Prestar garantia a partir do termo de aceite dos itens, durante o qual correrão por sua conta as despesas de qualquer natureza;
- IX.2.3. Prover o adequado transporte do objeto da presente Ata;
- **IX.2.4.** Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **IX.2.5.** Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente instrumento, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- **IX.2.6.** Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente Ata de Registro de Preços.
- **IX.2.7.** Comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo de 48 (quarenta e oito) horas qualquer ocorrência anormal, que impeça o fornecimento;
- **IX.2.8.** Cumprir todas as orientações do ÓRGÃO GERENCIADOR para o fiel cumprimento do objeto licitado;
- **IX.2.9.** Não transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata de Registro de Preços para terceiros;
- **IX.2.10.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações, caso ocorram;
- **IX.2.11.** Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências editalícias e Ata de Registro de Preços;
- **IX.2.12.** Arcar com todos os custos de reposição ou reentrega nos casos em que os produtos não atenderem as condições do Edital;
- **IX.2.13.** Arcar com todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos.
- **IX.2.14.** A Contratada/Detentora da Ata assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução

1) **

Município de Taquari

Estado do Rio Grande do Sul

desta Ata.

IX.2.15. Os direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária decorrentes da execução da presente Ata, são de cumprimento e responsabilidade exclusivas da Contratada/Detentora da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA

X. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- **X.1.** Pelo inadimplemento das obrigações, **na condição de CONTRATADA**, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- **X.1.1.** Advertência por escrito sempre que verificadas irregularidades, para as quais a **CONTRATADA** tenha concorrido. A advertência será aplicada independente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou especificações estabelecidas.
- **X.1.2.** As penalidades serão aplicadas:
- a) Quando houver atraso por culpa da contratada;
- **b)** Quando parar injustificadamente os serviços;
- c) Quando houver descumprimento das cláusulas contratuais.
- X.1.3. Sem prejuízo de outras cominações, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes multas:
- a) multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias, após o qual será considerada inexecução contratual;
- b) multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato.

Observação:

As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

- **X.1.4.** Suspensão do direito de licitar, num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade ou falta;
- X.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, dependendo da gravidade ou falta;
- X.1.6. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei;
- **X.1.7.** As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, a critério do **CONTRATANTE**, admitida sua reiteração;
- **X.1.8** quando a **CONTRATADA** motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o **CONTRATANTE**.

X.2 – Na condição de CONTRATANTE:

- **X.2.1.** No caso de atraso imotivado do pagamento do valor ajustado, o **CONTRATANTE** pagará o valor atualizado financeiramente, de acordo com o índice do IGPM.
- **X.3.** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

XI. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



Estado do Rio Grande do Sul

- **XI.1.** A Contratada (Detentor da Ata) terá seu registro cancelado quando:
- XI.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- **XI.1.2.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- **XI.1.3.** Tiver presentes razões de interesse público.
- **XI.2.** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR.
- **XI.3.** O Detentor da Ata poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.
- **XI.4.** A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida de pleno direito pelo Município de Taquari, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- XI.4.1. Inexecução parcial ou total da Ata de Registro de Preços;
- **XI.4.2.** Decretação de falência, pedido de concordata, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pelas autoridades competentes das atividades da Detentora da Ata/Contratada;
- XI.4.3. Inobservância de dispositivos legais;
- XI.4.4. Dissolução de empresa Detentora da Ata/Contratada;
- **XI.4.5.** Nos demais casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93.
- **XI.5.** Nos casos de rescisão pelos **subitens XI.4.1 e XI.4.3**, a parte inadimplente será responsável pelo ressarcimento, a outra, dos eventuais prejuízos decorrentes da rescisão.
- XI.6. Por ato unilateral do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando ocorrer:
- **XI.6.1.** O não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas da Ata de Registro de Preços, especificações técnicas, projetos ou prazos, tal como:
- **XI.6.2.** Descumprimento do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- **XI.6.3.** Lentidão do seu cumprimento, levando o ÓRGÃO GERENCIADOR a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
- **XI.6.4.** Atraso injustificado no fornecimento;
- **XI.6.5.** Paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao ÓRGÃO GERENCIADOR;
- **XI.6.6.** Subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, ou associação do DETENTOR DA ATA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou

Estado do Rio Grande do Sul

incorporação, sem expressa anuência do ÓRGÃO GERENCIADOR;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

XII. DA FISCALIZAÇÃO:

- **XII.1.** A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e Recursos Humanos e Secretaria Municipal da Educação, que em conformidade com o art. 67, da Lei 8.666/93, designa a servidora Lenira Bizarro de Vargas, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato originário do presente certame.
- **XII.2.** Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações em registro próprio, das falhas e ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês, ano, bem como o nome do funcionário, eventualmente, envolvido, encaminhando estes para a autoridade competente, para providências cabíveis no que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.
- **XII.3.** Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazos par sua correção.
- **XII.4.** A fiscalização é exercida no interesse do Município, não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Município de Taquari ou de seus agentes e prepostos.
- **XII.5.** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para o Município de Taquari.
- **XII.6.** O Município de Taquari se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações e condições estabelecidas neste Edital e no respectivo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- **XIII.1.** A Contratada/DETENTORA DA ATA assume integral responsabilidade pelo fornecimento dos produtos decorrente da presente Ata de Registro de Preços.
- **XIII.2.** Os direitos e responsabilidades das partes são os que decorrem das cláusulas desta Ata e do regime de direito público a que está submetida, na forma da legislação de regência.
- **XIII.3.** Ficam vinculados a esta ata e passam a fazer parte integrante dela, o ato que a originou Pregão Eletrônico nº 002/2023, e a proposta da Contratada/DETENTORA DA ATA.
- XIII.4. Nos casos omissos aplicar-se-á a legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DA EFICÁCIA:

XIV.1. A presente Ata, assim como as eventuais alterações ou aditamentos, terão sua eficácia condicionada a publicação de seus extratos e começará a vigorar a partir das suas respectivas assinaturas.



Estado do Rio Grande do Sul

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO:

XV.1. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços fica eleito o Foro da Comarca de Taquari, com renuncia a quaisquer outros ainda que privilegiados.

E por estarem justos e contratados firmam o presente em 03 vias de igual teor e forma para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

MUNICÍPIO DE TAQUARI P/Órgão Gerenciador

Detentora da Ata/Contratado

Fiscal Anuente

TESTEMUNHAS